

A dívida é do povo

A dívida pública é a alma penada da economia brasileira: enorme, cara, virtualmente impagável, se todos que a possuem fizer fila para resgatá-la em dinheiro, e, vai e vem, ocupa o imaginário de economistas e políticos com idéias sempre polêmicas sobre como reduzi-la a um fiapo e, assim, liberar o governo da escassez de verbas orçamentárias para gastar e investir, e o Banco Central, da política de juros que sufoca a economia. O último a perolar sobre o tema foi o ex-presidente Fernando Henrique, em cujo governo ela saltou como proporção do PIB de 30% para 55,5%.

De volta aos devaneios intelectuais, pelos quais cobra R\$ 50.000 por palestra para discorrer sobre a situação do país e ensinar o que o seu sucessor deveria fazer, o que pressupõe que não fez em seus oito anos de mandato, Fernando Henrique disse a jornalistas e economistas do Primeira Leitura que "vai ser necessário" discutir a questão da dívida. Mais tarde disse que não era bem assim.

Como o ex-presidente, alguns economistas, com o apoio discreto de setores do empresariado, tentam entronizar o assunto na ordem do dia e no noticiário, sem muito sucesso, reconheça-se, até porque, como analisa o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, "idéias de calote explícito perderam o apelo depois que o PT virou governo e propostas genéricas não assustam, pois se percebe que o risco de uma ação unilateral é praticamente nulo".

Os bons resultados da política econômica também contribuem para esvaziar o debate em torno das seqüelas da dívida pública, cujo crescimento o atual governo tenta represar destinando como meta 4,25% do PIB do orçamento federal, que na prática passa de 4,5%, para custear pouco mais da metade de sua conta só de juros, da ordem de 8% do PIB, rolando o resto a pagar com a emissão de novos títulos. Em longo prazo, se a economia mantiver um ritmo forte de crescimento, as despesas públicas crescerem menos que as receitas, inexisterem choques cambiais e de juros e a Justiça não

impingir ao Tesouro novos esqueletos — frutos da contestação de decisões do passado, sobretudo envolvendo a Previdência e impostos, que podem virar passivos no presente —, a dívida deverá encolher ano a ano em relação ao PIB, desaparecendo como problema.

Esta vem sendo a linha do governo Lula, o que requer paciência e extrema disciplina. Atalhos que possam antecipar a desidratação do problema, como a suspensão unilateral dos pagamentos, com ou sem o repúdio de seu valor, implicam riscos incontrolláveis.

FHC FALA EM RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDA, QUE MAILSON PROVA PERTENCER NÃO AOS BANCOS, MAS A PESSOAS E EMPRESAS

A questão que mais importa é saber quem seria prejudicado com alguma forma de negociação da dívida do estado. Os banqueiros surgem logo na ponta da língua, encabeçando toda lista baseada no senso comum. Só que não é verdade: os credores são pessoas comuns e as empresas mais líquidas, que são também as maiores empregadoras do país.

"Sem medo de errar", afirma Mailson em um informe enviado aos clientes de sua consultoria Tendências, "pode-se dizer que mais de 90% da dívida pública pertencem direta ou indiretamente a milhões de pessoas físicas e jurídicas não-financeiras. E, entre estas, estão as entidades fechadas de previdência privada, os fundos de pensão e assemelhados, como os PGBL". Mailson foi aos arquivos do Banco Central para destrinchar a composição da dívida interna, que era em 30 de junho de R\$ 718,2 bilhões, e o que encontrou não lhe deixa dúvida: os bancos participam do giro da dívida pública como intermediários, operando em nome da clientela, pessoas e empresas, pelo que cobram taxas de administração. Só marginalmente são os investidores finais nos títulos federais.

Galinha e cachaça

Do total da dívida, 45,3% pertencem aos fundos de investimento (que representam aplicações de pessoas e empresas); 34,3% são das carteiras próprias de bancos e corretoras (que, segundo Mailson, constituem essencialmente o lastro de recursos captados de pessoas físicas e jurídicas); 11,5% são aplicações vinculadas a depósitos compulsórios sobre poupança, depósitos judiciais e aumentos de capital; 6,4% expressam aplicações diretas de pessoas e empresas; e 2,5%, chamada de parcela extramercado, são as aplicações de empresas estatais em papéis do Tesouro no BC. A mesma analogia é encontrada na distribuição dos títulos da dívida externa.

Qualquer macumba contra tais papéis, portanto, vai bater direto no bolso do povo e de quem lhes dá emprego. O último a se servir de galinha preta e garrafa de pinga para tentar enfrentar a alma penada da dívida, no Brasil, foi Collor, que não resolveu coisa alguma e acabou varrido da Presidência. Na Argentina, onde o vodu tem autoria difusa, Néstor Kirchner luta para encontrar a porta de saída do calote nacional e ainda está longe de encontrá-la.

Juros mais baixos e um pouco de inflação podem vir a diminuí-la, mas o estratagema não pode durar muito. Logo o investidor descobre a tunga e começa a sacar. O que fazer? Sentar e relaxar, segundo Mailson. "A solução requer a geração de superávits primários anos a fio, firmeza para resistir a propostas heterodoxas e paciência para esperar pelos resultados", diz.

A não-solução, que seria nada fazer, é que não pode. O Brasil tem a quarta maior relação dívida/PIB do mundo, que é o grande motivo, mas não único, de a taxa de juros ser tão alta no país. Há também o histórico de calotes, ações do Judiciário em favor do devedor e a tributação das aplicações financeiras, rara no mundo. O normal seria tributar tais ganhos apenas na declaração anual. Jabuticaba é uma delícia, mas em finanças seu gosto é sempre azedo.